

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4.^a EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Pelo presente Instrumento particular, de um lado, como emissora,

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Leoni Ramos, n.º 01, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.050.071/0001-58, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., distribuidora de títulos e valores mobiliários com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social, ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 4.^a emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"),





sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes";

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 4.^a Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Ampla Energia e Serviços S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "4.^a Emissão" e "Debêntures"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com as seguintes autorizações:

1.1.1 Assembléia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 28 de agosto de 2006 ("AGE"), na qual os acionistas aprovaram a realização da 4.^a Emissão e delegaram ao Conselho de Administração da Emissora poderes para deliberar sobre as condições constantes do § 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e

1.1.2. Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 28 de agosto de 2006 ("RCA") na qual foram deliberadas as condições constantes do § 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e a Remuneração das Debêntures.

CLÁUSULA II - REQUISITOS

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários e ANBID

2.1.1. A oferta pública das Debêntures será registrada (i) na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução n.º 400/03"), bem como nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e (ii) na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), dentro de 15 (quinze) dias a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 20 e seguintes do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID").

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas da AGE e das RCAs

2.2.1. A ata da AGE que aprovou a 4.ª Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e será publicada pela Emissora nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Valor Econômico, edição nacional, e O Fluminense.

2.2.2. A ata da RCA que aprovou determinadas condições da 4.ª Emissão será devidamente arquivada na JUCERJA e será publicada pela Emissora nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Valor Econômico, edição nacional, e O Fluminense.

2.2.3. A ata da RCA que aprovou a Remuneração das Debêntures será devidamente arquivada na JUCERJA e será publicada pela Emissora nos jornais Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Valor Econômico, edição nacional, e O Fluminense.

2.3. Inscrição da Escritura de Emissão

2.3.1. Esta Escritura de Emissão será inscrita na JUCERJA, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser submetida para tal inscrição dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de sua celebração.

2.4. Registro e Negociação em Sistema de Liquidação e Custódia

2.4.1. As Debêntures da 4.ª Emissão deverão ser registradas: (A) para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e

Handwritten signature

Handwritten signature



Handwritten signature

operacionalizado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (B) para negociação no mercado secundário: (i) no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no Sistema de Negociação BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA ("BOVESPA"), sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA 4.ª EMISSÃO

3.1 Número da Emissão

3.1.1 Esta é a 4.ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Montante Total da 4.ª Emissão

3.2.1. O montante total da 4.ª Emissão será de até R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida no item 4.1 abaixo.

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 37.000 (trinta e sete mil) Debêntures, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma na Data de Emissão, perfazendo o total de R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais) na Data de Emissão, observado o disposto nos itens 3.3.2, 3.3.3 e 3.6.3 abaixo.

3.3.2. Nos termos do artigo 14, § 2.º, da Instrução n.º 400/03 e das deliberações dos acionistas da Emissora tomadas na AGE, a quantidade de Debêntures a ser distribuída poderá, a critério da Emissora e sem a necessidade de novo pedido à CVM ou modificação dos termos desta Escritura, ser aumentada até um montante que não exceda a 20% (vinte por cento) das Debêntures inicialmente distribuídas ("Debêntures Adicionais"). Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais.

3.3.3. Nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, da 4.ª Emissão da Ampla Energia e Serviços S.A." ("Contrato de Colocação"), das deliberações dos acionistas da Emissora tomadas na AGE e do artigo 24 da Instrução

n.º 400/03, a Companhia outorgou à instituição líder da distribuição pública das Debêntures da 4ª Emissão ("Coordenador Líder") e aos demais coordenadores da 4ª Emissão (em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores") a opção de, após consulta e concordância prévia da Emissora, aumentar a quantidade de Debêntures a distribuir junto aos destinatários da 4ª Emissão, nas mesmas condições e preço constantes desta Escritura, até um montante equivalente a 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente distribuídas ("Debêntures do Lote Suplementar").

3.3.3.1. A opção outorgada nos termos do item 3.3.3 poderá ser exercida pelo Coordenador Líder em até 30 (trinta) dias úteis contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures ("Anúncio de Início"), devendo o Coordenador Líder comunicar a Emissora, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência, da intenção de exercer a opção de distribuição das Debêntures do Lote Suplementar.

3.3.3.2. Na hipótese do item 3.3.3, o Coordenador Líder deverá informar à CVM, até o dia posterior ao do exercício da opção de distribuição de lote suplementar de Debêntures, a data do respectivo exercício e a quantidade de Debêntures envolvidas, que deverá ser considerada para fins de registro da 4ª Emissão pela CVM.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. Os recursos líquidos obtidos por meio da 4ª Emissão serão destinados ao refinanciamento de dívidas bancárias da Emissora atualmente existentes.

3.5. Limite da 4ª Emissão

3.5.1. A 4ª Emissão atende aos requisitos previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (a) as Debêntures são da espécie quirografária (sem garantia), como definido no item 4.5.1. abaixo, (b) o capital social integralizado da Emissora nesta data é de R\$ 1.505.424.306,36 (um bilhão, quinhentos e cinco milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, trezentos e seis reais e trinta e oito centavos), e (c) o saldo da 3ª emissão de debêntures da Emissora em 30 de junho de 2006 é de R\$ 421.800.053,64 (quatrocentos e vinte e um milhões, oitocentos mil e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos), sendo que não há outras debêntures da Emissora em circulação nesta data.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública pelos Coordenadores, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação, no mercado primário, por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP. As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar, caso sejam objeto de distribuição pública, serão distribuídas sob o regime de melhores esforços. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores da 4.ª Emissão, com expressa anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados, conforme regras vigentes no país, levando em conta o perfil de risco dos seus clientes e a adequação às Debêntures, assegurando também que o tratamento conferido seja justo e equitativo.

3.6.2. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da 4.ª Emissão pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do prospecto da 4.ª Emissão em forma definitiva aos investidores, nos termos da Instrução n.º 400/03 ("Prospecto Definitivo"). A colocação das Debêntures deverá ser efetuada no período máximo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início.

3.6.3. A Emissora não poderá efetuar nova emissão de debêntures antes de terem sido colocadas todas as Debêntures objeto da 4.ª Emissão.

3.7. Banco Mandatário e Escriturador

3.7.1 O Banco Itaú S.A. será o banco mandatário da Emissora perante as entidades administradoras de mercado secundário para negociação das Debêntures e também a instituição escrituradora das Debêntures ("Banco Mandatário e Escriturador").

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 4.ª EMISSÃO

4.1. Data de Emissão

4.1.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1.º de agosto de 2006 ("Data de Emissão").

4.2. Forma de Subscrição e Prazo de Integralização

4.2.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme definidos no item 4.3. abaixo), sendo a Remuneração das Debêntures calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.2.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal").

4.4. Conversibilidade e Forma

4.4.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, e terão a forma nominativa e escritural.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o relatório de posição de ativos expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela Instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados na CETIP. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido pela CBLC extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade de debêntures.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária (sem garantia nem preferência).

4.6. Prazo e Data de Vencimento

4.6.1. O prazo das Debêntures é de 6 (seis) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de agosto de 2012 ("Data de Vencimento").

4.6.2. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento integral das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação, pelo saldo do Valor Nominal acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo

definida), calculada *pro rata temporis* a partir da última data de pagamento de Remuneração das Debêntures até a data do efetivo pagamento.

4.7. Remuneração das Debêntures

4.7.1. As Debêntures renderão juros correspondentes às taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescidas exponencialmente de "*Spread*", a ser definido em processo de *bookbuilding*, conforme explicitado no item 4.7.2 ("Remuneração das Debêntures"), incidente sobre o Valor Nominal da Debênture, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data do pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.7.3 abaixo. A Remuneração das Debêntures não será superior à variação da Taxa DI, acrescida de 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

4.7.2. O processo de *bookbuilding* consiste na verificação, perante os investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros. O percentual da Taxa DI final é equivalente à menor taxa oferecida pelos investidores para lotes de Debêntures cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Debêntures. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da Emissora fixará o percentual da Taxa DI, conforme o artigo 59, §1.º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.7.3. A Remuneração das Debêntures deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, conforme definido em 4.7.5. abaixo, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal da Debênture no início de cada Período de Capitalização (conforme definido no item 4.7.5 abaixo), Informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo Fator DI multiplicado pelo Fator "*Spread*", calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (Fator DI \times Fator Spread)$$

onde:

Fator DI = Produtório da Taxa DI a partir da data de início do Período de Capitalização, conforme definido no item 4.7.5 abaixo, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida no item 4.7.4. abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " dk " um número inteiro; e

Fator "*Spread*" = sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, sendo

$$FatorSpread = \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

onde:

"*Spread*" = a ser definido em processo de *bookbuilding*, conforme expresso no item 4.7.2 acima.



n = número de dias úteis do período de Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.7.4. A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão (cada data de pagamento da Remuneração das Debêntures, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), sendo que a última Data de Pagamento da Remuneração deverá coincidir com a Data de Vencimento das Debêntures. Desse modo, a primeira Data de Pagamento da Remuneração será 1º de fevereiro de 2007, a segunda Data de Pagamento da Remuneração será 1º de agosto de 2007 e as Datas de Pagamento da Remuneração subseqüentes serão os mesmos dias 1º de fevereiro e 1º de agosto dos anos subseqüentes, até a Data de Vencimento.

4.7.5. Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração seguinte, exclusive.

4.7.6. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.7.7. Se, na data de vencimento de quaisquer pagamentos relativos às Debêntures previstos nesta Escritura de Emissão, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não-divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.7.8. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou de divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos, ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, por previsão legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá,

no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada ou da data em que for verificada a impossibilidade de sua aplicação, conforme o caso, convocar assembléia de debenturistas ("Assembléia de Debenturistas") para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da assembléia geral de Debenturistas.

4.7.9. Caso, durante a Assembléia de Debenturistas prevista no item anterior não haja acordo sobre a nova Remuneração das Debêntures entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo Valor Nominal, ou pelo saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures aplicável às Debêntures a serem adquiridas nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.8. Repactuação

4.8.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.9. Amortização

4.9.1. As Debêntures serão amortizadas em duas parcelas iguais, sendo a primeira ao final do 5º (quinto) ano a partir da Data de Emissão e a segunda na Data de Vencimento das Debêntures.

4.10. Resgate Antecipado e Aquisição Facultativa

4.10.1. As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente a qualquer momento a partir do 6.º (sexto) mês a contar da Data de Emissão ("Data de Início de Resgate"), mediante o pagamento do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, se for o caso, atualizado acrescido de um prêmio, conforme a seguinte fórmula:

$$P = d/D \times 1,5\%, \text{ onde:}$$

P = prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor do resgate;

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo resgate e a Data de Vencimento;

D = quantidade de dias corridos entre a Data de Início de Resgate e a Data de Vencimento.

4.10.1.1. Caso o disposto neste item 4.10.1 não seja exercido para a totalidade das Debêntures, o resgate dar-se-á por meio de operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário, conforme regulamento de operações do SND, para as Debêntures registradas nesse sistema, ou conforme o regulamento de operações do BOVESPAFIX, para as Debêntures registradas na CBLC, ou ainda, no Banco Mandatário e Escriturador, no caso do Debenturista não estar vinculado à CETIP ou à CBLC.

4.10.1.2. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos deste item 4.10 serão canceladas.

4.10.2. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2.º da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de aquisição facultativa poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.2. e 4.11.3. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, assim como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extra-judicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, os quais a Emissora reconhece desde logo serem

causa direta para aumento indevido do risco de inadimplemento das obrigações assumidas pela Emissora relativamente às Debêntures:

(a) decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de auto-falência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento da mesma natureza, da Emissora e/ou de seus controladores diretos ou indiretos;

(b) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se, (i) no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data de sua ocorrência, for comprovado pela Emissora que o protesto não é legítimo ou que foi indevidamente efetuado, ou, no prazo legal, o protesto for sustado ou cancelado, ou (ii) tais protestos referirem-se à ausência de pagamentos de compras de energia e encargos do sistema, formalizados por meio de contratos bilaterais, que não sejam Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), nos termos da Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004, objeto de discussão legítima junto a órgãos reguladores e/ou na esfera judicial;

(c) vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação da Emissora de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou equivalente em outras moedas, salvo se tal vencimento antecipado for sanado em até 2 (dois) dias úteis a partir do momento de sua ocorrência;

(d) ocorrência de qualquer alteração na composição societária que venha a resultar na alteração do controle acionário indireto da Emissora, exceto nos casos de alteração de controle acionário indireto na qual (i) o novo controlador indireto tenha *rating* corporativo atribuído pela Fitch, Moodys ou Standard & Poors não inferior a 1 (um) *notch* em relação ao *rating* em escala global da Endesa S.A.; e (ii) a referida alteração de controle acionário indireto não resulte em rebaixamento do *rating* da 4ª Emissão para um nível inferior a "A-" (A menos) na escala nacional da Standard & Poors, ou nível equivalente da Fitch ou Moodys. Para os fins desta alínea (d), haverá alteração no controle acionário indireto da Emissora se a Endesa S.A. deixar de ser sua controladora indireta final;

(e) fusão envolvendo a Emissora ou a sua cisão (total ou parcial) ou a sua incorporação, exceto se a operação for previamente aprovada pelos Debenturistas, nos termos previstos no *caput* do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e do item 7.6 desta Escritura de Emissão, ou for garantido aos Debenturistas o resgate das Debêntures de que forem titulares, nos termos dos parágrafos primeiro e

segundo do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações e do item 4.19 desta Escritura de Emissão;

(f) perda ou intervenção na concessão de serviço público da qual a Emissora é titular, bem como a extinção ou qualquer outra forma de limitação da Emissora da totalidade ou de parcela relevante da referida concessão;

(g) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relacionada à 4.ª Emissão;

(h) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária assumida pela Emissora na presente Escritura de Emissão ou no Contrato de Colocação que não seja sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data do recebimento pela Emissora de notificação enviada pelo Agente Fiduciário relativamente a tal descumprimento;

(i) pagamento aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 27, § 1.º, Inciso III do Estatuto Social da Emissora;

(j) redução de capital da Emissora com restituição aos acionistas de parte do valor das ações e/ou recompra pela Emissora de suas próprias ações, exceto se previamente autorizada pelos Debenturistas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações e do item 7.6 desta Escritura de Emissão;

(k) não-manutenção dos seguintes índices financeiros apurados e revisados trimestralmente por auditores independentes da Emissora, com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro e os trimestres então findos, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

(i) O índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a 2,9.

Onde:

“Dívida Financeira Líquida” significa o saldo de dívidas bancárias, incluindo (i) empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

– BNDES ou agências multilaterais, (ii) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da Emissora (não considerando para fins desta definição o cálculo atuarial), (iii) saldo líquido de operações de derivativos (passivos menos ativos de operações com derivativos), (iv) dívida com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, (v) dívida com as Debêntures e demais debêntures da Emissora em circulação, e (vi) mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Emissora (líquidos dos mútuos com partes relacionadas listados no ativo da Emissora), menos o numerário disponível em caixa, os saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras e os saldos de aplicações financeiras. Excluem-se do conceito de Dívida Financeira Líquida (i) os empréstimos relativos à RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária e (ii) os empréstimos relativos à CVA – Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela “A” e energia livre; e

“EBITDA” significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, relativo a um período de doze meses calculado nos termos do caput da alínea (k) deste item 4.11.1, antes da contribuição social e imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados não operacionais, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação e amortização, definição esta na forma usualmente aceita pelos princípios contábeis brasileiros.

(ii) O índice obtido da divisão do EBITDA (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definidos abaixo) não deverá ser inferior a 2,3.

Onde:

“Despesas Financeiras Líquidas” significam as despesas financeiras relativas a um período de doze meses calculado nos termos do *caput* da letra (k) deste item 4.11.1, efetivamente desembolsadas pela Emissora, líquidas de receitas de aplicações financeiras obtidas no mesmo período, definidas como (i) juros relativos a dívidas bancárias (incluindo juros devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a agências multilaterais), (ii) juros pagos ao fundo de pensão dos empregados da Emissora, (iii) parcela com impacto no caixa (“parcela caixa”) da variação monetária e cambial de juros e principal das modalidades de dívida referidas nos itens (i) a (vii) da presente definição, (iv) juros pagos às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, (v) juros pagos às Debêntures e demais títulos e valores mobiliários emitidos pela Emissora nos mercados financeiro e de capitais,

internacional e nacional, (vi) despesas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Emissora (líquidas de receitas financeiras recebidas relativamente a mútuos com partes relacionadas listadas no ativo da Emissora), bem como (vii) o valor efetivamente desembolsado pela Emissora referente a passivos de operações de derivativos (líquido dos valores efetivamente recebidos pela Emissora referentes a ativos de operações com derivativos). Excluem-se do conceito de Despesas Financeiras: (i) os juros efetivamente desembolsados por conta dos empréstimos relativos à RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária, (ii) os juros efetivamente desembolsados por conta dos empréstimos relativos à CVA - Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A" e (iii) as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no caixa, mas apenas registro contábil).

(iii) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida de Curto Prazo (conforme definida abaixo) pelo EBITDA (conforme definido acima) não deverá ser superior a 1,5.

Onde:

"Dívida Líquida de Curto Prazo" significa (i) o saldo de dívidas bancárias de curto prazo menos o numerário disponível em caixa, os saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras e os saldos de aplicações financeiras, acrescido (ii) da parcela corrente das dívidas de longo prazo (incluindo parcela corrente das Debêntures, demais debêntures da Emissora em circulação e parcelas devidas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a agências multilaterais), (iii) da parcela corrente das obrigações com fundo de pensão dos empregados da Emissora, (não considerando para fins desta definição o cálculo atuarial), (iv) do saldo líquido de operações de derivativos (passivo menos ativo de operações de derivativos) registrado no curto prazo, (v) da parcela corrente da dívida com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, (vi) da parcela corrente dos mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Emissora (líquidos da parcela corrente dos mútuos com partes relacionadas listados no ativo da Emissora). Excluem-se do conceito de Dívida Líquida de Curto Prazo (i) a parcela corrente dos empréstimos relativos à RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária e (ii) a parcela corrente dos empréstimos relativos à CVA - Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A", conforme definido pela regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e energia livre.

(l) transformação, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

(m) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição, ou de qualquer informação constante do Prospecto Definitivo que afete adversamente a percepção de risco das Debêntures e/ou da Emissora; e

(n) não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora ou qualquer controlada, direta ou indireta, da Emissora, por valor individual ou agregado que ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), no prazo estipulado para pagamento.

4.11.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e), (f), (g) e (l) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

4.11.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas demais alíneas do item 4.11.1 acima, quais sejam, as alíneas (d), (h), (i), (j), (k), (m) e (n), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.3.1. No que se refere às alíneas (d), (h), (i), (j), (k), (m) e (n) do item 4.11.1 acima, após a realização da Assembléia de Debenturistas ou caso não haja deliberação em Assembléia de Debenturistas, inclusive por não instalação desta, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, nos termos do item 4.12 abaixo, a menos que, após a realização de tal Assembléia de Debenturistas, Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme definido no item 7.7 abaixo, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.4. Uma vez declaradas vencidas as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta à sede da Emissora, com aviso de recebimento, no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, com cópia para CETIP, CBLC e para o Banco Mandatário e Escriturador comunicando o fato.

4.12. Pagamento na Ocorrência de Vencimento Antecipado

4.12.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive os encargos moratórios previstos no item 4.15 abaixo, se for o caso, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta citada no item 4.11.4.

4.13. Local de Pagamento

4.13.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (b) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX ou, (c) no caso de titulares de Debêntures que não estejam vinculados a tais sistemas, por meio do Banco Mandatário e Escriturador, mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas.

4.13.2. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.14. Prorrogação dos Prazos

4.14.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.15. Encargos Moratórios

4.15.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia relativa às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (a) multa não compensatória de 2% (dois por cento); (b) juros

moratórios à razão de 1% a.m. (um por cento ao mês) calculados *pro rata temporis* e linearmente; e (c) incidência da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Emissora.

4.16. Decadência do Direito aos Acréscimos

4.16.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 supra, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.17. Publicidade

4.17.1. O Anúncio de Início, o anúncio de encerramento de distribuição das Debêntures e todos os demais atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas serão veiculados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal Valor Econômico.

4.18. Fundo de Manutenção de Liquidez

4.18.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez das Debêntures.

4.19. Resgate em Caso de Incorporação, Fusão ou Cisão

4.19.1. A Emissora poderá realizar operações de incorporação, fusão ou cisão (parcial ou total), sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas, se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das atas de assembleias relativas à operação, o resgate de todas as Debêntures de que forem titulares.

4.19.2. Os Debenturistas que optarem por resgatar suas Debêntures nos termos do item 4.19.1., deverão manifestar sua intenção, por escrito, à Emissora, no prazo por ela estipulado para tal manifestação, encaminhando cópia da correspondência ao Agente Fiduciário.

4.19.3. Em até 5 (cinco) dias contados do recebimento da manifestação escrita descrita nos termos do item anterior, a Emissora deverá promover o resgate de todas as Debêntures dos Debenturistas que assim solicitarem, pelo seu Valor

Nominal, ou pelo saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, observado o disposto no artigo 55, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações.

4.19.4. Caso a faculdade descrita nos termos deste item 4.19 não seja exercida pela totalidade dos Debenturistas, o resgate dar-se-á por meio de operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário, conforme regulamento de operações do SND, para as Debêntures registradas nesse sistema, ou conforme o regulamento de operações do BOVESPAFIX, para as Debêntures registradas na CBLC, ou ainda, no Banco Mandatário e Escriturador, no caso do Debenturista não estar vinculado à CETIP ou à CBLC.

4.19.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos deste item 4.19 serão canceladas.

CLÁUSULA V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que seja razoavelmente solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;

(ii) as informações veiculadas na forma prevista no item 4.17 acima, na mesma data em que forem publicadas;

(iii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.11 acima, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar de seu conhecimento;

(iv) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) dias úteis a partir da data em que forem entregues as demonstrações financeiras anuais à CVM, o que ocorrer primeiro, relatório sobre revisão especial elaborado pelos auditores independentes da Emissora, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices financeiros previstos na alínea (k) do item 4.11.1 acima, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração de tais índices

ON
GRP



Handwritten signature or mark.

financeiros, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;

(v) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, ou em até 5 (cinco) dias úteis a partir da data em que forem entregues as Informações Trimestrais à CVM, o que ocorrer primeiro, relatório revisado pelos auditores independentes da Emissora, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices financeiros previstos na alínea (k) do item 4.11.1 acima, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração de tais índices financeiros, bem como declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;

(vi) cópia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 e suas alterações posteriores ("Instrução n.º 202/93"), na mesma data em que forem entregues à CVM; e

(vii) informação sobre qualquer descumprimento de obrigação pecuniária cujo valor devido e não pago, mesmo que somado a outros valores devidos e não pagos, exceda R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(b) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM, nos termos da Instrução n.º 202/93, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) convocar, nos termos da Cláusula VII abaixo, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, tenha relação com a 4.ª Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

(d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive com relação ao encaminhamento de documentos e informações que lhe forem solicitadas, devendo, ainda, manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos investidores na forma exigida pela CVM;

(e) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observado, se for o caso, o disposto na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, sobre qualquer alteração substancial na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que, na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta

[Handwritten signatures and stamps]

Escritura de Emissão e das Debêntures; ou, (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira;

(f) cumprir as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos cuja ausência de cumprimento possa impactar de forma adversa tais negócios e ativos, exceto aqueles que estão sendo contestados pelos meios legais ou administrativos apropriados;

(g) preparar, em conjunto com Coordenador Líder, todos os documentos necessários à obtenção do registro da 4.^a Emissão perante a CVM;

(h) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário e Escriturador e Agente Fiduciário, bem como agência de classificação de risco para atribuição de *rating* para as Debêntures, além de manter o registro das Debêntures no SND e no BOVESPAFIX;

(i) observado o disposto no Prospecto Definitivo, manter sempre válidas as licenças e autorizações necessárias para a exploração de suas atividades, bem como a concessão objeto do contrato de concessão n.º 005/96, celebrado com a União em 9 de dezembro de 1996, com alterações posteriores;

(j) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir ao Agente Fiduciário acesso:

(i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora; e

(ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando a solicitação do referido acesso tenha sido deliberada pela Assembleia dos Debenturistas;

(k) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

(l) conduzir todas as operações com partes relacionadas de acordo com os padrões éticos que norteiam tais negócios; e

(m) submeter anualmente a 4.^a Emissão à revisão e avaliação pela agência de *rating*, assim como, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, divulgar ou permitir que a agência de *rating* divulgue a súmula da classificação de risco das Debêntures, além de disponibilizar ao Agente Fiduciário cópia das súmulas que

vierem a ser emitidas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de seu recebimento pela Emissora.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, em montantes de acordo com padrões de mercado, e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

(a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidos pela regulamentação aplicável;

(b) extração de certidões com relação à Emissora dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Varas Trabalhistas, das Varas Federais, e da Procuradoria da Fazenda Pública da Comarca da sede da Emissora;

(c) despesas de viagem, quando necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles atribuídos pela Emissora aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagens; e

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que sejam necessários, caso ocorram omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma dos itens 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado imediatamente após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

CLÁUSULA VI - AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui, como agente fiduciário da 4.^a Emissão, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, neste ato e na melhor

forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da legislação e regulamentação aplicável e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- (a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) estar de acordo com todas as cláusulas e condições desta Escritura de Emissão;
- (c) sob as penas da lei, não estar impedido, nos termos do artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução n.º 28/83"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (e) que é equiparado a uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (f) que está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) que os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão:

(a) parcelas trimestrais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo a primeira devida na data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais a cada 90 (noventa) dias;

(b) Em caso de renegociação das condições das debêntures em reuniões formais com a Emissora e/ou Debenturistas, inclusive Assembléias de Debenturistas, será devida uma remuneração adicional equivalente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais atividades, inclusive para implementação das decisões das referidas reuniões ou Assembléias, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de relatório descritivo de tais horas à Emissora;

(c) as parcelas citadas nas alíneas (a) e (b) supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M a partir de 01 de julho de 2006, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas dos pagamentos subseqüentes, calculadas "*pro-rata die*", se necessário;

(d) as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

(e) as remunerações previstas nas alíneas (a) e (b) acima serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora;

(f) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, conforme previsto na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura de Emissão, ressarcidas pela Emissora, observado o disposto no item 5.2 acima. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente

Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas;

(g) a remuneração do Agente Fiduciário compreende a elaboração de um relatório anual, na forma estipulada na Instrução n.º 28/83;

(h) não estão incluídas na remuneração as eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ser acordadas previamente com a Emissora; e

(i) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma dos itens 5.2., 5.2.1. e 5.2.2. e 5.2.3. acima.

6.5. São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de que qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas e defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário as informações e documentos necessários ao referido registro;

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis com relação à Emissora, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas Trabalhistas, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;

(i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

(j) convocar, quando necessário, Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos jornais indicados no item 4.17.1 desta Escritura de Emissão;

(k) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora, principalmente aqueles descritos na alínea (k) do item 4.11.1 acima;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como informações acerca da aquisição facultativa das Debêntures e revenda destas a terceiros;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da 4.ª Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(vii) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;

(viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e

(ix) declaração sobre sua aptidão para continuar no exercício da função de Agente Fiduciário;

(m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(i) na sede da Emissora;

(ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado;

(iii) na CVM;

(iv) nas Bolsas de Valores e mercados de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora; e

(v) nas dependências do Coordenador Líder da 4.^a Emissão, conforme por esta indicado;

(n) publicar, com recursos da Emissora, nos jornais indicados no item 4.17.1 desta Escritura de Emissão, anúncios comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (m) acima;

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador;

(p) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, se for o caso;

(q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

(r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores ou mercado de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora. Caso não seja possível

notificar individualmente os Debenturistas, o Agente Fiduciário fará publicar a comunicação de que trata esta alínea (r) nos jornais e na forma indicada no item 4.17 desta Escritura de Emissão; e

(s) fazer cumprir o item 5.1 (m) desta Escritura de Emissão e, ainda, encaminhar a respectiva súmula objeto da atualização à ANBID, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de sua veiculação.

6.6. Observado o disposto no item 4.11 acima, no caso de inadimplemento da Emissora, o Agente Fiduciário usará toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses da comunhão dos Debenturistas, devendo, para tanto:

(a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures nas hipóteses permitidas nesta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;

(b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;

(c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas, e;

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, auto-falência ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.1. Exceto conforme o disposto no item 4.11.3 e observado o disposto nos itens 4.11.2., 4.11.3.1 e 4.11.4, o Agente Fiduciário somente se eximirá de responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), e (c) do item 6.6 acima se, convocada a Assembléia de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da totalidade das Debêntures em circulação. Na hipótese de que trata a alínea (d) do item 6.6 acima, será suficiente a deliberação por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação.

6.7. Na hipótese de ausência, impedimento temporário, renúncia, liquidação, dissolução, extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a nomeação, sendo certo que a CVM poderá nomear

substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada para o Agente Fiduciário.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário, por fatos ocorridos após a presente data, ficar impedido de continuar a exercer a função, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas e pedir sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e às normas aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, será objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCERJA, onde será inscrita a presente Escritura de Emissão.

6.7.6. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da remuneração prevista no item 6.4. desta Escritura de Emissão até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.



CLÁUSULA VII - ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 7.2. A Assembléia de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, e pela CVM.
- 7.3. Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembléia geral de acionistas.
- 7.4. A Assembléia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, ressalvado o item 7.6. abaixo.
- 7.5. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em lei ou na presente Escritura de Emissão.
- 7.6. Para que possa ser realizada (a) modificação nas condições das Debêntures e demais disposições da presente Escritura de Emissão, ou (b) aprovação das matérias listadas nas alíneas (e) e (f) do item 4.11.1, será necessária a aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Entretanto, para que possa ser realizada (a) alteração deste item 7.6, ou (b) alteração de quaisquer condições ou regras de Remuneração das Debêntures, prazo ou amortização das Debêntures, será necessária a aprovação de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, ressalvados os quoruns especiais previstos nesta Escritura de Emissão.
- 7.7. Para efeito de cálculo dos 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, previsto no item 7.2 acima, bem como para aferição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula VII e o item 4.11.3.1 acima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiveram sido resgatadas e/ou liquidadas e que não sejam de titularidade da Emissora, de coligadas e controladas da Emissora, ou de seus controladores, ou dos respectivos administradores de tais sociedades, bem

como seus cônjuges e parentes até o segundo grau. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, eventuais votos em branco.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias dos Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. Ficarão impedidos de exercer seus direitos de voto os Debenturistas que, por qualquer motivo, se apresentem em situação de conflito de interesses relativo à matéria objeto de deliberação. O impedimento permanecerá em vigor durante todo o tempo em que vigorar o conflito.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

(a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;

(b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(d) a celebração desta Escritura de Emissão, a realização da 4.^a Emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (ii) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(e) observado o disposto no Prospecto Definitivo, a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;

(f) na sua melhor avaliação, a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos e que possam impactar de forma adversa tais negócios e ativos, exceto aqueles que estão sendo contestados pelos meios legais ou administrativos apropriados;

(g) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2003, de 31 de dezembro de 2004, de 31 de dezembro de 2005 e 30 de junho de 2006, arquivadas na CVM, representam corretamente a condição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil;

(h) o Prospecto Definitivo da 4.^a Emissão, na data de início da distribuição das Debêntures: (i) incluirá todas as informações relevantes em relação à Emissora no contexto da 4.^a Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram prestadas; (ii) conterá informações e declarações, em relação à Emissora, que serão verdadeiras e corretas e não enganosas ou inverídicas; (iii) incluirá opiniões, análises e previsões (se houver) em relação à Emissora dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis; (iv) não omitirá fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures cuja omissão, no contexto da 4.^a Emissão, faça com que alguma informação relevante do Prospecto Definitivo seja incorreta, enganosa ou inverídica;

(i) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Definitivo, não há nenhuma ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou Inquérito dos quais a Emissora tenha conhecimento, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira, ou em suas atividades;

(j) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e

(k) os recursos líquidos obtidos por meio da 4.^a Emissão terão a destinação prevista no item 3.4 desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA IX - NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Ampla Energia e Serviços S.A.

Praça Leoni Ramos, n.º 1

CEP: 24210-200

Niterói - RJ

Tel.: (21) 2613-7030

Fax: (21) 2613-7122 ou 7199

E-mail: ri@ampla.com

A/C Sr. Abel Alves Rochinha (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores)

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Av. das Américas, n.º 500, Bloco 13 – Grupo 205

Rio de Janeiro - RJ

CEP 22640-100

Tel.: (21) 2493-7003

Fax: (21) 2493-4746

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br

A/C Sr. Juarez Dias Costa

Para o Banco Mandatário e Escriturador:

Banco Itaú S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 9.º andar

São Paulo - SP

CEP 04344-902

Tel.: (11) 5029-1317

Fax: (11) 5029-1917

E-mail: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br

A/C Sr. José Nilson Cordeiro









9.2. Os documentos e as comunicações serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações efetuadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

9.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços mencionados no item 9.1 acima em até 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora prejudicará tais direitos ou faculdades ou constituirá uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título, nos termos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente atualizada (atual Código Civil).

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Esta Escritura de Emissão constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto, substituindo e superando, totalmente, todos e quaisquer outros documentos, memorandos, propostas, cartas e ou assemelhados, assinados antes da data de sua assinatura.

10.5. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por

livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

10.6. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

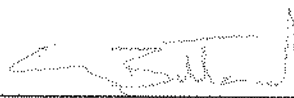
Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2006.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.



Abel Alves Rochinha

Diretor VP Adm. e Financeiro



Luiz Carlos L. Ortins Bettencourt

Gerente Financeiro

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.



Gustavo Duzanari T. Pinto
Gerente Jurídico

TESTEMUNHAS:

1.

Nome:

David Augusto de Abreu
CPF 010.618.817-69
RG 08819693-6 IFP

RG:

2.

Nome:

Fernanda Corbosa Camilo
CPF: 109.665.857-71
RG: 11484800-5

RG:

